



Renan afirma que pauta até o fim do ano busca destravar a economia do país

Reunião de líderes definiu projetos que devem ser votados até dezembro. Segundo presidente do Senado, não serão evitados temas polêmicos, como reforma política

Aretomada da economia, com geração de emprego e renda, é o objetivo principal das votações do Senado até o fim do ano, informou o presidente da Casa, Renan Calheiros. Ele destacou que reunião de líderes partidários definiu uma pauta que busca o equilíbrio fiscal e não foge de temas polêmicos, como reforma política, repatriação de recursos mantidos no exterior, legalização de jogos de azar, punições a abuso de autoridade e regulamentação de trabalho terceirizado.

Para agilizar os trabalhos, nesta semana as sessões deliberativas em Plenário começam hoje, com debates temáticos sobre o fim das coligações partidárias.

A partir de amanhã, podem ser votados projetos como o que reabre prazo para repatriação de recursos, o que trata da fixação em 2% da alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços e o que racionaliza e simplifica o Sistema Tributário Nacional. Na pauta de quarta-feira, estão reforma política e abuso de autoridade. **3**



Cabinele do senador Roberto Muniz

Roberto Muniz (5º à mesa) presidiu audiência pública com produtores rurais

Agricultores baianos pedem mudanças em seguro rural

Em audiência pública da Comissão de Agricultura, em Juazeiro (BA), produtores rurais disseram que o atual modelo de renegociação de dívidas rurais é "perverso" e reclamaram da falta de critérios para cobertura dos seguros.

O secretário de Agricultura da Bahia, João Bonfim, afirmou que a crise e o período de seca prolongado resultaram em inadimplência por parte dos agricultores e em diminuição do número de

seguros rurais contratados. Ele defendeu a formação de um fundo para o seguro rural.

Segundo o senador Roberto Muniz, a lei que autoriza a renegociação da dívida rural alcança aproximadamente 1,2 milhão de produtores rurais e pode beneficiar pelo menos 200 mil agricultores na Bahia. Ele defendeu a organização de uma espécie de mutirão pelos bancos para agilizar o processo de renegociação das dívidas dos agricultores. **4**



Gerardo Moga/Agência Senado

Moka, Ataídes e Aloysio na segunda discussão da PEC, realizada na sexta-feira

Teto de gasto público terá debate em comissões e no Plenário

A proposta que limita os gastos públicos por 20 anos e institui novo regime fiscal volta a ser analisada hoje, na terceira sessão de discussão no primeiro turno. Amanhã

haverá debate temático com economistas no Plenário pela manhã e, à tarde, a quarta sessão de debate. Durante a semana, comissões farão audiências sobre a proposta. **3**

Sancionada lei que facilita privatização no setor elétrico **4**

Senadores apoiam compromisso contra mudança do clima **4**

Casa doa mudas de árvores a órgãos públicos

O Senado mantém um viveiro que nos últimos três anos produziu e doou 3 mil mudas de árvores para o governo do Distrito Federal. Entre os locais em que elas foram plantadas, está o Jardim Botânico de Brasília. O viveiro foi criado em 2013 com o objetivo

principal de compensar as emissões de dióxido de carbono do Senado. As viagens aéreas, por exemplo, são grandes geradoras de gases do efeito estufa. O viveiro também é responsável por transformar o lixo orgânico produzido pelo Senado em adubo. **2**



José Cruz/Agência Senado

Viveiro do Senado foi inaugurado em 2013 com o objetivo de permitir a sustentabilidade ambiental da Casa



CONGRESSO DO FUTURO

Democracia, Comunicação e Progresso no mundo digital e sustentável

Data: 8 e 9 de dezembro
Horário: das 9h às 18h
Local: Interlegis | Senado Federal

Inscrições:
senado.leg.br/congressodofuturo

Comissão Senado do Futuro

SENADO FEDERAL



Viveiro do Senado produz e doa mudas de árvores

Objetivo principal é compensar, por meio de plantio, parte do gás carbônico emitido pela Casa



NOS ÚLTIMOS TRÊS anos, pelo menos 3 mil mudas de árvores foram produzidas e doadas pelo viveiro do Senado a instituições públicas do Distrito Federal. São espécies frutíferas, exóticas e nativas do Cerrado entregues a órgãos como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a Administração do Lago Norte (bairro residencial próximo ao Lago Paranoá) e o Jardim Botânico.

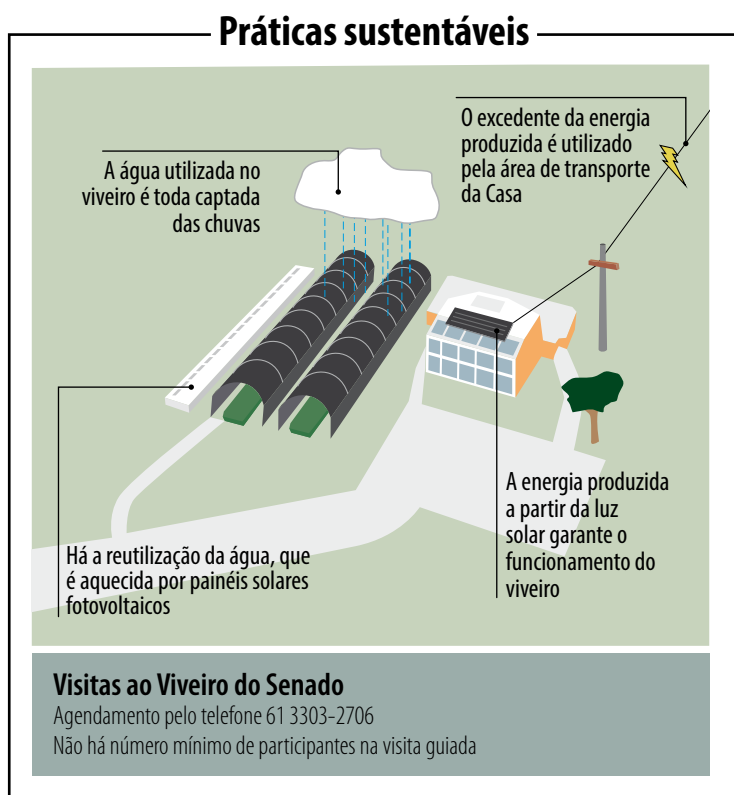
Coordenado pelo Núcleo de Ações Socioambientais, o viveiro foi criado em 2013 com o objetivo de compensar, por meio do plantio de árvores, parte do gás carbônico (CO₂) emitido pelo Senado, e fornecer mudas para os jardins da Casa. Outra atividade é a confecção de arranjos para os eventos realizados na Casa e a ornamentação dos espaços.

O servidor e arquiteto Mário Viggiano, responsável pela construção do viveiro, explica que inicialmente foi realizado o cálculo da emissão de gás carbônico pelo Senado. De acordo com ele, atualmente as 2 mil árvores plantadas sequestram 1% do CO₂ emitido.

— No início, não tínhamos isso bem estabelecido e começamos uma pesquisa, feita ao longo de 2014 e 2015, para levantar quantas árvores já haviam sido plantadas e saber quanto o Senado sequestra de carbono. Levantamos as principais fontes de emissão, considerando questões como passagens aéreas, transporte terrestre e energia — explicou.

A partir do estudo, foi estabelecida a meta de mitigar pelo menos 10% do gás carbônico gerado pela Casa nos próximos anos. Para que o objetivo seja alcançado, é necessário aliar a redução das emissões ao plantio de árvores.

— Nosso grande estímulo é que cada árvore plantada re-



presenta um filtro de carbono, e, quanto mais jovem é a planta, maior é a sua capacidade de sequestro. Se conseguirmos reduzir as emissões, há uma expectativa de que no futuro as curvas se juntem para termos a possibilidade de o Senado ter 100% das suas emissões mitigadas — disse Viggiano.

Economia

Entre os critérios para a construção do viveiro, estão o aproveitamento da luz natural, a produção de energia por meio de placas solares e a captação da água da chuva. Além de reduzir o impacto no meio ambiente, essas medidas trazem economia aos gastos com jardinagem e energia. Viggiano lembrou que o lixo orgânico produzido pelo Senado é processado para produzir o adubo utilizado nos jardins.

— Temos conseguido transformar boa parte dos resíduos sólidos. Poucas coisas têm sido mandadas embora. Estamos fazendo a compostagem de restos dos restaurantes, como cascas, alfaces e borras de café.

Para Viggiano, a conscientização ambiental está cada vez mais inserida na realidade de boa parte dos órgãos públicos,

deixando de ser uma “ação extracurricular feita apenas por algumas pessoas”.

— Já temos, inclusive, algumas instruções normativas a respeito disso. O TCU [Tribunal de Contas da União] tem realizado um levantamento sobre como os órgãos públicos estão atuando em relação a essas instruções, se estão seguindo ou não. Isso está sendo feito de uma maneira mais educativa, mas futuramente será de uma forma mais punitiva. É uma necessidade, e o serviço público tem a obrigação de ser um exemplo — ressaltou.

Paisagismo

Segundo Viggiano, a equipe também pretende prosseguir com o projeto de paisagismo do Senado adaptado ao clima do Cerrado. Para isso, serão usadas plantas de baixa exigência hídrica, como os cactos.

— Temos uma infinidade de plantas com qualidade estética que se prestam a essa filosofia de trabalho. Neste ano, já vamos fazer duas experiências: plantaremos dois canteiros com esses tipos de plantas.

▶ A sessão Senado Transparente passa a ser quinzenal

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

- CDH/CAE Gastos na Previdência**
9h Audiência pública sobre a limitação dos gastos públicos, com foco na Previdência.
- DESPORTO Anteprojeto**
9h30 Os juristas responsáveis pela Lei Geral do Desporto Brasileiro apresentam minuta do anteprojeto.
- PRESIDÊNCIA**
14h30 Renan Calheiros preside sessão deliberativa extraordinária.
- PLENÁRIO Discussão de PECs**
14h30 Discussão das propostas da reforma política e do teto de gastos.
- CMO Obras irregulares**
14h30 Audiência pública sobre obras com indícios de irregularidades graves constantes do projeto de Lei Orçamentária de 2017.
- SISTEMA TRIBUTÁRIO Progressividade**
19h Audiência para apresentar dados do Sistema Tributário Nacional.

TERÇA

- CCT Fundos para tecnologia**
8h45 Audiência sobre fundos nacionais de desenvolvimento tecnológico.
- CDH Homofobia**
9h Audiência sobre o combate à homofobia.
- CMA Segurança nos veículos**
9h30 A comissão pode votar o PLC 14/2016, que obriga a inclusão de dispositivo antiesmagamento nas janelas de veículos com vidros acionados automaticamente.
- INSTITUCIONAL Primeira infância**
9h30 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.
- CAE Financiamento da Região Norte**
10h Na pauta, o PLS 51/2016, que inclui Mato Grosso e parte do Maranhão no Fundo de Financiamento do Norte.
- TRANSPARÊNCIA Torquato Jardim**
11h Audiência com o ministro da Transparência, Fiscalização e CGU.
- SESSÃO TEMÁTICA Teto de gastos**
11h Sessão de debates temáticos para discutir a PEC do Teto de Gastos.
- CMA Hemobrás**
14h Audiência sobre a Hemobrás.
- MP 744/2016 Mudanças na EBC**
14h30 Plano de trabalho da comissão da MP que altera a Empresa Brasil de Comunicação.
- MP 745/2016 Papel-moeda no exterior**
14h30 Relatório da MP que autoriza o BC a comprar papel moeda no exterior.
- MP 746/2016 Ensino médio**
14h30 Debate sobre a MP que reforma o ensino médio.
- CMO Obras irregulares**
17h Audiência sobre obras com indícios de irregularidades graves constantes do projeto de Lei Orçamentária de 2017.

QUARTA

- CE Drogas**
17h Entre os 28 itens da pauta, projeto sobre financiamento de políticas sobre drogas.
- CAS Protesista**
9h Deliberação sobre 9 itens, entre eles o projeto que regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico.
- CDR Aviação regional**
9h Audiência para avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.
- INSTITUCIONAL Primeira infância**
9h 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.
- PLENÁRIO Abuso de autoridade**
10h Primeira sessão de debate do projeto sobre crimes de abuso de autoridade.
- CE/CAS Cuidado integral**
11h Audiência pública conjunta discute o cuidado integral na primeira infância.
- OBRAS INACABADAS Plano de trabalho**
11h Eleição do vice-presidente da comissão e apresentação do plano de trabalho.
- AGENDA BRASIL Agência reguladora**
14h30 A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional analisa projeto sobre agências reguladoras.
- MP 746/2016 Ensino médio**
14h30 Audiência debate a medida provisória que reforma o ensino médio.
- MUDANÇAS CLIMÁTICAS Hidrelétrica**
14h30 Audiência pública sobre geração hidrelétrica de energia.
- MP 749/2016 Exportações**
15h30 Audiência sobre liberação de R\$ 1,95 bilhão da União a estados e municípios para fomento às exportações.
- CE Delegação chinesa**
16h Encontro com delegação da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.
- INSTITUCIONAL Primeira infância**
9h 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.
- CAE Créditos tributários**
10h Audiência sobre a cessão de direitos originados de créditos tributários e não tributários dos estados.
- CRE Defesa**
10h Audiência com o ministro da Defesa, Raul Jungmann.
- PLENÁRIO Consciência negra**
11h Sessão especial comemora o Dia Nacional da Consciência Negra e a entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento.
- MP 746/2016 Ensino médio**
14h30 Debate sobre a reforma do ensino médio.
- CAE PEC do Teto de Gastos**
19h Debate sobre a PEC que institui o novo regime fiscal.

QUINTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves
- Segundo-secretário:** Zeze Perrella
- Terceiro-secretário:** Gladson Cameli
- Quarta-secretária:** Ângela Portela
- Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
- Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira
- Diretora-geral:** Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez
- Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Diretor-adjunto:** Sílvio Burle
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio
- Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes
- Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá
- Site:** www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

- Editor-chefe:** Marcio Maturana
- Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
- Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura
- Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
- Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Renan: Senado vai ajudar o país a sair da crise

Presidente da Casa afirma que pauta de votações até o fim do ano não fugirá de temas polêmicos, como reforma política, repatriação, jogos de azar, terceirização e abuso de autoridade

ATÉ O FIM do ano, o Senado votará uma série de projetos que ajudarão o Brasil a superar a crise econômica. A afirmação é do presidente da Casa, Renan Calheiros, que destacou que as prioridades foram definidas com líderes partidários.

— É a pauta necessária para retomarmos o nível da atividade econômica e gerarmos emprego e renda — disse o senador à Rádio Senado.

A votação do Orçamento está marcada para 14 de dezembro. Mas há temas como a reforma política (PEC 36/2016) e uma segunda versão para a repatriação de ativos (PLS 405/2016).

— Conversei com o presidente Temer e pedi uma reflexão sobre a necessidade de antecipar a entrega a estados e municípios da multa das repatriações deste ano. Vamos deixar esse artigo definido para resguardar o direito constitucional de estados e municípios participarem dessa receita.

Renan disse que não se pode fugir de temas polêmicos, como a legalização de jogos de azar (PLS 186/2014), o projeto contra abuso de autoridade (PLS 280/2016) e a regulamentação do trabalho terceirizado (PLC 30/2015).

— Quando começamos o ano legislativo, fiz questão de dizer que o Senado iria decidir sobre matérias controversas. O Senado não pode votar apenas assuntos consensuais, e os líderes contribuíram para essa

agenda complexa. Na questão dos jogos de azar, é a oportunidade de criar uma arrecadação e equiparar o Brasil a outros países nessa questão importante para o turismo.

Renan reforçou a necessidade de a Câmara colaborar concluindo questões que o Senado já decidiu, como o uso de depósitos judiciais por estados e municípios.

— Precisamos de uma regra para definir qual o valor que pode ser utilizado, com a criação de um fundo para que não aconteça de a Justiça decidir e não se ter o dinheiro para cumprir a decisão.

Avanços importantes

Avaliando os trabalhos já concluídos, Renan afirmou que foram aprovados projetos fundamentais para o país.

— O Senado fez o seu dever de casa não só em relação à Agenda Brasil, mas principalmente na pauta federativa.

O senador citou a votação de projetos como a repartição do ICMS do comércio eletrônico (PEC 7/2015), o fundo de exportação que estabelece critérios de compensação com relação à Lei Kandir (PLC 127/2015), a primeira versão da repatriação de ativos (PLC 186/2015), o novo marco da micro e pequena empresa (PLS 125/2015), o alongamento da dívida de estados e municípios (PLC 54/2016 — Complementar), a troca do indexador

dessas dívidas (PLC 15/2015 — Complementar), questões dos depósitos judiciais que estão tramitando na Câmara (PLS 183/2015) e o fim da obrigatoriedade de a Petrobras garantir investimento estratégico (PLS 131/2015).

— É uma pauta de interesse do país que tem ajudado a desamarrar os pés da economia — disse Renan.

Ouçá a entrevista com Renan: <http://bit.ly/entrevistaPauta>



Renan diz que as prioridades definidas por líderes vão desamarrar a economia

Coligações e abuso de autoridade estão na pauta da semana

A partir de hoje, o Plenário do Senado fará sessões deliberativas para discutir questões como reforma política e repatriação de recursos, citadas por Renan na entrevista.

A proposta de reforma política deve ser votada na quarta-feira. A PEC 36/2016, apresentada por Aécio Neves (PSDB-MG) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES), prevê o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais (de vereadores e deputados) e cria uma cláusula de barreira para a atuação dos partidos políticos.

Amanhã pode ser votado o PLS 405/2016, que reabre o prazo para a adesão ao regime especial de repatriação de recursos do exterior de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2017. Também podem ser votadas amanhã novas regras

para o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). O texto é o substitutivo da Câmara (SCD 15/2015) a projeto (PLS 386/2012 — Complementar) de Romero Jucá (PMDB-RR). A proposta determina em 2% a alíquota mínima do imposto, na tentativa de acabar com a guerra fiscal entre os municípios, e amplia a lista de serviços alcançados pelo tributo.

Contratos

Outro projeto na pauta de amanhã é o PLC 195/2015, segundo o qual o prazo de prestação de serviço nos contratos entre empresas poderá ser superior a quatro anos.

O projeto que define os crimes de abuso de autoridade (PLS 280/2016) vai ser debatido na quarta-feira. Foram chamados o minis-

tro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia. O novo relator do projeto, Roberto Requião (PMDB-PR), disse que “a proposta não vem para atrapalhar investigações, mas para impedir arbitrariedades e ilegalidades”.

A quinta-feira deve ser dedicada ao exame do projeto com medidas para simplificar e racionalizar o Sistema Tributário Nacional. O PLC 406/2016 prevê, entre outros pontos, que incidam sobre os valores das restituições decorrentes do pagamento indevido os mesmos índices de atualização aplicáveis ao pagamento em atraso de tributos e contribuições.

PEC do Teto dos Gastos passa por novas sessões de discussão no Plenário

A proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos nas próximas duas décadas passou pela segunda sessão de discussão em primeiro turno no Plenário do Senado na sexta-feira. Hoje passa pela terceira sessão.

A PEC 55/2016 limita o aumento dos gastos públicos à variação da inflação anual. Amanhã volta a ser discutida em dois momentos. Primeiro, às 11h, no debate temático em Plenário com os economistas e professores Luiz Gonzaga Belluzzo, Fernando Monteiro

Rugitsky e Armando Castelar e com um representante do Ministério da Fazenda. À tarde, na quarta sessão de discussão.

São necessárias cinco sessões de discussão antes da votação em primeiro turno. Depois a PEC do Teto de Gastos deverá passar por um segundo turno, com três sessões de discussão antes da deliberação final.

A expectativa é que a proposta seja votada pelo Plenário em primeiro turno em 29 de novembro e, em segundo turno, em 13 de dezembro.

Proposta também será debatida esta semana em comissões

O tratamento a ser dado pela União ao gasto público é o grande tema da semana também nas comissões permanentes do Senado. Os debates começam hoje, com uma reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Direitos Humanos (CDH), e prosseguem até quinta-feira, quando a CAE discutirá os efeitos da PEC 55/2016, que instituiu o novo regime fiscal.

Requerida pelos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), a audiência de hoje está prevista para as 9h.

Foram convidados especialistas e entidades representantes de servidores públicos, de trabalhadores e de aposentados, como a Nova Central Sindical dos Trabalhadores, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na

Agricultura e a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas.

Às 19h, a CAE e a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional farão outra audiência, para analisar a política de equidade e progressividade do Sistema Tributário Nacional.

Integrantes da CAE têm defendido um sistema tributário progressivo — com alíquotas maiores para rendas mais altas — como alternativa à PEC 55/2016.

Lucros

Amanhã, às 10h, a CAE faz reunião deliberativa ordinária com uma pauta de 14 itens, entre eles 3 projetos (que tramitam em conjunto) instituindo tributação sobre lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a seus sócios.

Em audiência na CAE em

25 de outubro, o pesquisador Fernando Gaiger, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), disse que o fim dessa isenção geraria uma arrecadação de R\$ 68,2 bilhões, o que, somado a outras correções de distorções, poderia ser uma alternativa ao teto dos gastos, na avaliação dele.

Na audiência pública da quinta-feira, às 19h, a CAE voltará a discutir a proposta do novo regime fiscal, com a finalidade de instruir a análise da PEC 55/2016.

Requerida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a reunião contará com a participação do presidente do Clube de Engenharia, Pedro Celestino da Silva; da procuradora Éliada Graziane, do Ministério Público de Contas de São Paulo; e dos professores Ingo Wolfgang Sarlet, da PUC do Rio Grande do Sul, e Heleno Torres, da USP.



Ataides Oliveira presidiu a sessão de sexta-feira, que discutiu o teto de gastos

Agricultores cobram avanço em seguro rural

Participantes de audiência em Juazeiro, na Bahia, disseram que o atual modelo de renegociação de dívida rural é “perverso” e pediram critérios para cobertura dos seguros

O SEGURO RURAL e a aplicação da lei que autoriza a renegociação de dívidas de crédito rural foram discutidos em audiência pública da Comissão de Agricultura (CRA) que ocorreu sexta-feira em Juazeiro, na Bahia.

A reunião faz parte de ciclo de debates sobre a política pública de seguro rural. Políticos da região e representantes do setor agrícola expressaram preocupação com o atual modelo de renegociação de dívidas rurais, considerado “perverso”, e a falta de critérios para cobertura dos seguros. A situação é especialmente preocupante no Nordeste por causa da seca.

O consultor legislativo Fernando Távora defendeu a racionalização dos seguros. Para isso, é necessário, segundo ele, melhorar a eficiência das coberturas, com a integração de dados de vários cadastros e a realização de um zoneamento agrícola inteligente.



Roberto Muniz (5º à esq.), que presidiu a reunião, disse que o Estado cobre 70% do seguro rural

O secretário de Agricultura da Bahia, Vitor Bonfim, disse que a inadimplência dos agricultores decorre de desastres naturais. Segundo ele, a situação econômica desfavorável do país e o período de seca resultaram

em diminuição do número de seguros rurais contratados.

— O produtor não quer ser mais onerado, mas é preciso pensar no seguro rural obrigatório e como esse fundo será formado — disse.

Na avaliação de Bonfim, os programas federais de garantia aos produtores rurais têm abrangência limitada.

Para o deputado estadual Eduardo Salles (PP), o seguro rural deve levar em conta as realidades distintas de cada produtor. Ele teme que regras uniformes causem prejuízo a certos setores e regiões. Roberto Muniz (PP-BA) chamou a atenção para o nível de participação do Estado no valor do seguro no Brasil, 70%, enquanto no exterior a porcentagem é de 30%.

De acordo com o senador, a Lei 13.340/2016, que autoriza renegociação de dívida rural, alcança aproximadamente 1,2 milhão de produtores rurais e pode beneficiar pelo menos 200 mil na Bahia. Ele defende a organização de uma espécie de mutirão pelos bancos para agilizar o processo de renegociação das dívidas dos agricultores.

Senadoras elogiam documento assinado no fim da COP-22

Na Declaração de Marrakech, um dos documentos finais da Conferência Mundial do Clima, a COP-22, em Marrocos, chefes de Estado e de delegações envolvidos com o Acordo de Paris apresentaram documento firmando ações para conter o aquecimento global. No texto, eles convocam as partes a manter o ímpeto consolidado no Acordo de Paris para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

O documento pede compromisso

político para erradicar a pobreza e promover a segurança alimentar e para combater a mudança do clima por meio da solidariedade com os países mais vulneráveis.

A carta reafirma ainda o compromisso das nações desenvolvidas com o financiamento de US\$ 100 bilhões anuais direcionados para países em desenvolvimento. Unanimemente, os países ainda reivindicam que todas as partes iniciem suas ações contra o

aumento da temperatura global bem antes de 2020, quando se espera que todas as regulamentações em torno do Acordo de Paris estejam definidas.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), os resultados foram positivos.

— A declaração política tem como objetivo primeiro conclamar as nações que ainda não assinaram e exortar a necessidade de antecipar prazos e datas, aplicar o acordo o mais rapidamente possível e não aguardar por 2020.

Lídice da Mata (PSB-BA) ressaltou o compromisso de países desenvolvidos na criação do fundo que vai direcionar US\$ 100 bilhões anualmente para os demais países.

Após duas semanas de debates, a previsão é que a conclusão do livro com as regras de implementação do Acordo de Paris ocorra até 2018. A COP-23 será em 2017 em Bonn, na Alemanha.

(Com informações de Paula Groba, da Rádio Senado)

Presidente da República sanciona norma que facilita privatizações no setor elétrico

O governo sancionou a medida provisória do setor elétrico. A nova lei facilita processos de privatização, reduz a burocracia de leilões e custos da União com subsídios a concessionárias e permite a desestatização de distribuidoras estaduais que foram federalizadas.

A Lei 13.360/2016 foi publicada no *Diário Oficial* de sexta-feira.

O texto estabelece a isenção da taxa da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) nas contas de luz dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, para consumidores de baixa renda.

Lei cria Dia do Patrono da Construção Civil, em homenagem a frei Galvão

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira a Lei 13.359/2016, que institui o Dia Nacional do Patrono da Construção Civil e dos Profissionais da Engenharia Civil, a ser celebrado em 25 de outubro. A data corresponde ao dia da beatificação do frei Galvão, primeiro santo brasileiro e padroeiro

da construção civil. A lei tem origem em substitutivo ao PLS 348/2013.

O autor da proposta, senador José Agripino (DEM-RN), explica que o objetivo é homenagear o santo e reconhecer a importância da construção civil e dos profissionais da área para o progresso nacional.

Fátima reclama de rapidez na análise da PEC do Teto de Gastos

Fátima Bezerra (PT-RN) disse considerar inadmissível o ritmo de tramitação dado à PEC 55/2016, que estabelece um teto para gastos públicos nos próximos 20 anos. A proposta chegou ao Senado no fim de outubro, tramitou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na sexta-feira passou pela segunda sessão de discussão em Plenário.

— Quero protestar pelo fato de uma matéria tão relevante estar tramitando de forma tão açodada. Não estamos tratando de uma proposta legislativa qualquer. Estamos tratando de uma das mudanças mais radicais da Constituição cidadã. O que vai acontecer é uma redução drástica de recursos em áreas fundamentais, como saúde e educação.



Gleisi redige projeto que impede banco de cobrar juros exagerados

Projeto para regulamentar a cobrança de juros pelos bancos foi apresentado por Gleisi Hoffmann (PT-PR). O PLS 413/2016 — Complementar impõe

limites e transparência às taxas cobradas pelos bancos para a concessão de crédito a cidadãos e empresas. Pelo texto, haverá dois tipos de linhas de crédito: com garantia real e sem garantia. A primeira, por ter risco de inadimplência mais baixo, não poderá cobrar juros superiores a duas vezes a taxa Selic, hoje em 14% ao ano. Na segunda, as taxas ficam limitadas a quatro vezes a Selic.

— Se o banco não receber o empréstimo, executa. Se não receber o empréstimo, guarda o salário. Não há por que cobrar um juro exorbitante.



Governo deveria retomar grandes obras no Piauí, sugere Elmano

Elmano Férrer (PTB-PI) informou no Plenário que o Piauí será beneficiado pela recente decisão do governo federal de retomar obras inacabadas em todo o país. Serão 48 empreendimentos reiniciados em Teresina e outras 34 cidades, o que requererá R\$ 100 milhões.

— As obras são de pequeno porte, muitas em cidades do interior, mas de grande importância para as comunidades locais. São escolas, creches, praças, centros esportivos, cisternas, adutoras e pequenas barragens. O impacto na economia dos municípios é imediato.

Para ele, a retomada não pode ficar restrita a pequenos empreendimentos e deve se estender a obras grandes, como a transposição do Rio São Francisco.



Aposentados de estatal podem perder plano de saúde, alerta Hélio José

Aposentados e pensionistas da Companhia Energética de Brasília (CEB) correm o risco de ser desligados do plano de saúde da instituição. Ao fazer o alerta, Hélio José (PMDB-DF) esclareceu que o grupo perderá o direito à assistência médica em março de 2017 se a empresa não adotar providências para adequar o benefício à Lei dos Planos de Saúde.

O ajuste dos contratos às normas vigentes foi determinado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal em 2015. Na decisão, o tribunal julgou inconstitucional a lei que estendeu os benefícios do plano a aposentados, pensionistas e dependentes sem prever qualquer cobrança dos beneficiários.

